Apresentação

Angelica Alves da Cunha Marques
Arquivista, mestre e doutora em Ciência da Informação (Universidade de Brasília, UnB), com pós-doutorado na UnB e na École nationale des chartes (Sorbonne, França). Professora do curso de Arquivologia da UnB e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2413567691663920
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4642-5912
E-mail: angelicacunha@unb.br

Diogo Baptista Pereira
Diretor do Centro de Documentação do AGCRJ, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ibict/UFRJ). Mestre no Programa de Pós-Graduação de Gestão de Documentos e Arquivos (UNIRIO).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8609415636121714
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7319-6361
E-mail: soupereira.diogo@gmail.com

Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. N. 31, 2026, P. 8-12. DOI: 10.65625/7qn29545.
https://revistaagcrj.rio.br

Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Apresentação

Este dossiê da Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) reúne contribuições de pesquisadores e profissionais de arquivos que examinam os fundamentos e as condições de realização do trabalho arquivístico, em torno da temática Arquivologia na contemporaneidade: gestão, preservação e acesso aos documentos de arquivo.

Para guiar as reflexões desta edição, destacamos primeiramente a entrevista concedida pelo Prof. Dr. José Maria Jardim, que debate os grandes desafios da área, a formulação de políticas públicas e a indispensável relação entre teoria e prática no fazer arquivístico nacional. A partir de sua vivência no Arquivo Nacional e no AGCRJ, ele reflete sobre a histórica distância entre a fundamentação teórica e a sua efetivação como política pública, alertando que a mera existência de normas é insuficiente sem recursos, pessoal qualificado e autoridade institucional.

Com base em uma relação dialógica entre a experiência institucional, a pesquisa e a intervenção arquivística, este número do dossiê apresenta artigos dedicados a abordagens teóricas, seguidos daqueles que se voltam às experiências institucionais e ao tratamento de conjuntos documentais específicos. Esse percurso ratifica a complementaridade entre a teoria que subsidia decisões profissionais e os problemas encontrados nas instituições e nos acervos, que interrogam e reelaboram os referenciais da área. Ademais, a leitura do dossiê alerta sobre o recorrente equívoco de se desvincular a gestão e a preservação, defendendo que a preservação de documentos é condicionada pelos cuidados especializados desde a sua produção, passando pelos seus vínculos orgânicos e múltiplos usos, até as condições materiais e tecnológicas que determinam a sua autenticidade e permanência.

As contribuições dos autores e autoras convergem na atenção dada aos contextos documentais, às responsabilidades institucionais e à mediação entre arquivos e sociedade. No plano teórico-metodológico, predominam abordagens qualitativas apoiadas em pesquisa bibliográfica e documental, com diferentes modos de relacionar conceitos, normas e evidências. A relação de perspectivas arquivísticas, a análise discursiva, a experimentação descritiva, o relato de experiência, a observação participante e o diagnóstico institucional ampliam esse repertório. A diversidade dos procedimentos acompanha as especificidades das questões investigadas, permitindo compreender como a elaboração do conhecimento se nutre dos fazeres nos arquivos, sem reduzir o rigor científico à uniformidade metodológica.

A discussão inicial sobre o conceito de preservação, ancorada na legislação federal e na produção científica brasileira, situa os deslocamentos provocados pelas exigências do ambiente digital e remete às políticas e estruturas necessárias à sua efetivação. Em continuidade, a interação entre a Arquivística Integrada (canadense) e o Records Continuum (australiano) oferece perspectivas distintas para pensar a intervenção desde a produção documental até os diversos usos dos documentos. As suas singularidades - a referência ao ciclo de vida e a concepção contínua e multidimensional - qualificam o debate sobre gestão e preservação. A aproximação entre esses textos permite reconhecer que a promoção do acesso aos documentos começa nas escolhas que determinam a sua criação e o seu tratamento técnico pelos profissionais de arquivo, nos seus vários contextos institucionais, políticos e sociais.

Esse debate encontra na descrição uma dimensão simultaneamente teórica, tecnológica e social. A aplicação experimental do Records in Contexts à Série de Documentos Escravidão, custodiada pelo AGCRJ, explora a representação multidimensional dos vínculos documentais, materializada na plataforma

Linked Open Archives. Na sequência, a compreensão dos instrumentos de pesquisa como materialidades discursivas, articulada à Análise do Discurso francesa e aos estudos da Memória Social, interroga os sentidos produzidos pela representação dos e a partir dos acervos. Lidos em conjunto, os artigos convidam a associar a ampliação das conexões descritivas à reflexão sobre as narrativas, as categorias e as formas de inteligibilidade que a descrição institui, ao (sub)representar perspectivas institucionais e pessoais. A inovação tecnológica ganha, assim, densidade quando acompanha a análise crítica da mediação entre documentos e potenciais usuários.

A passagem às políticas arquivísticas explicita as condições coletivas e institucionais, com o relato da mobilização em torno da revisão da Lei de Arquivos (Lei nº 8.159/1991) e do Projeto de Lei nº 2.789/2021, que contempla o associativismo e a participação da comunidade profissional na formulação de políticas públicas. Esse plano de ação conversa com a experiência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na qual a construção de uma política arquivística e o fortalecimento do Arquivo Geral dependem de governança, recursos e continuidade. O diagnóstico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) acrescenta a esse diálogo a análise das condições de gestão, infraestrutura, acervo, tecnologia e pessoal. As singularidades das duas universidades permitem relacionar a institucionalização de diretrizes às exigências concretas de implementação, mostrando que informatização, capacidade técnica e apoio administrativo precisam ser examinados conjunta e continuamente.

No âmbito municipal, o Programa de Gestão de Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (PGD Carioca) aproxima essas exigências dos fundamentos da identificação arquivística. O conhecimento dos órgãos produtores e da tipologia documental sustenta a elaboração dos instrumentos de classificação e avaliação, vinculando procedimentos técnicos à integridade pública, à

transparência e ao acesso à informação. A experiência do AGCRJ conjuga, assim, os debates sobre políticas, os modelos de gestão e as decisões que repercutem na preservação de documentos. Reconhecer o que se produz, por que se produz e quais relações constituem os documentos propicia o estabelecimento das bases para a sua avaliação e para o reconhecimento do seu valor como evidência de ações e atividades administrativas.

Os estudos que encerram o dossiê consideram essa articulação para os acervos relacionados à cidade e às suas experiências sociais. No conjunto iconográfico do Correio da Manhã, os registros do carnaval carioca adquirem sentidos por meio da contextualização das práticas editoriais e da descrição multinível, aproximando preservação física e intelectual, interpretação e difusão cultural. Já o universo documental do Monumento ao Cristo Redentor alerta sobre a dispersão da custódia e a multiplicidade de proveniências, sem reuni-las artificialmente em um fundo único. Em interface com o Records Continuum, este último trabalho retoma a interdependência entre gestão, preservação e acesso, conferindo ao percurso do dossiê uma interlocução entre os seus fundamentos e os objetos estudados.

A leitura transversal dos dez artigos e da entrevista permite, ainda, indagar quais atores e experiências se tornam visíveis nas decisões de organização, preservação e representação nos acervos documentais, (in)visibilizando agentes e interesses pessoais e, sobretudo, institucionais, por meio dos saberes e fazeres nos arquivos.